



Presidência da República
Gabinete de Segurança Institucional
Agência Brasileira de Inteligência

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO Nº 18/2021

(PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 00091.002910/2021-98)

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de transporte de cargas, em âmbito nacional, porta a porta, ida e volta, utilizando-se dos serviços de companhias aéreas, incluindo os trabalhos de carga e descarga, embalagem e desembalagem, coleta, remessa, redespacho e entrega de cargas e encomendas diversas, para atendimento das demandas da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, incluindo a SEDE em Brasília-DF, as superintendências nas capitais de cada estado e as subunidades, espalhadas em todo o território nacional, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

CATSER: 25208								
ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR DE REFERÊNCIA (ANTES DO DESCONTO) (A)	TAXA DE DESCONTO MÍNIMA ACEITÁVEL (B)	TARIFA ESTIMADA DO TRANSPORTE APÓS DESCONTO (C = A*(1- B))	VALOR ESTIMADO DE SEGURO (D)	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL (APÓS APLICAÇÃO DO DESCONTO) (E = C+D)
1	Serviços de transporte de cargas em âmbito Nacional, porta a porta, ida e volta, utilizando-se dos serviços de companhias aéreas, incluindo os trabalhos de carga e descarga, embalagem e desembalagem, coleta, remessa, redespacho e entrega de cargas e encomendas diversas.	Serviço	1	R\$ 201.492,77	34,36%	R\$ 132.259,86	R\$ 11.609,17	R\$ 143.869,03

1.1.1. A - Valor de referência composto pela soma da tarifa do transporte e das taxas de coleta e entrega, ao qual deverá ser aplicada a taxa de desconto.

1.1.2. B - A taxa de desconto mínima aceitável é a taxa de desconto resultante de pesquisa de preços.

1.1.3. C- A tarifa estimada do transporte após desconto é o valor resultante da aplicação da taxa de desconto no valor de referência.

1.1.4. D - O valor estimado de seguro foi calculado com base no histórico de transportes do órgão, após utilização do percentual de 0,33%, conforme item 9.1.5.

9.1.5. A taxa de desconto não incidirá sobre esse valor, conforme metodologia

de cálculo expressa nos itens 17.2 e 17.2.1.

1.1.5. E - O valor máximo aceitável (após aplicação do desconto) é a soma da tarifa estimada do transporte após desconto e do valor estimado do seguro.

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de bens e serviços comuns, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser definidos objetivamente, por meio de especificações usuais do mercado, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.520/2002 e do art. 14 da IN nº 5/2017 – SEGES/MP. É imperativo que a licitação seja processada sob a modalidade de pregão na forma eletrônica.

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.4. Só serão aceitos percentuais de desconto superiores ao desconto mínimo apresentado na tabela do item 1.1.

1.5. O objeto de **disputa** será a **maior taxa de desconto oferecida**, conforme art. 7º do Decreto nº 10.024/2019, a ser aplicada sobre os valores das tabelas oficiais das companhias aéreas.

1.6. A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço unitário.

1.7. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

1.8. Optou-se pelo não parcelamento do objeto por este não assegurar ser técnica e economicamente viável, sem perda de escala e com melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade.

1.8.1. O objeto não é divisível na medida em que o serviço deverá ser prestado em todo o território nacional, com transportes sendo realizados entre as mais diversas capitais e cidades do país.

1.9. A Contratada deverá obedecer aos critérios de sustentabilidade descritos neste Termo de Referência, com especial atenção aos itens relacionados nos itens 5 - Requisitos da Contratação (5.5 e seguintes) e 11 - Obrigações da Contratada (11.37 a 11.43), bem como a qualquer legislação aplicável.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

5.1.2. Disponibilização de acesso a sistema online, via internet, de rastreamento de cargas, para o monitoramento de toda a trajetória do material transportado, com acesso exclusivo para à Contratante;

5.1.3. Declarações das Companhias Aéreas com quem a empresa participante é vinculada, comprovando ser agenciada e estando rigorosamente em dia com seus compromissos financeiros junto às mesmas.

5.1.4. Cópia da apólice de contratação perante uma Companhia de Seguros, que comprove a existência de cobertura para os riscos de Responsabilidade Civil do Transportador Aéreo de Cargas (RCTAC).

5.1.5. Cópia da apólice de contratação perante uma Companhia de Seguros, que comprove a existência de cobertura para os riscos de Responsabilidade Civil por Furto e Desaparecimento de Carga (RCFDC).

5.1.6. As apólices de seguro referidas nos itens supra deverão estar dentro do prazo de validade e emitidas, obrigatoriamente, em nome da empresa licitante.

5.1.7. No caso de ser inviável utilizar o transporte aéreo por motivo de classificação do material de acordo com o Regulamento Brasileiro de Aviação Civil- RBAC nº 175 da Agência Nacional de Aviação Civil- ANAC, com o menor frete, o motivo deverá ser justificado. Se a inviabilidade for causada por culpa da CONTRATANTE, o frete de maior valor poderá ser aceito. Caso contrário, se for opção da CONTRATADA, a CONTRATANTE pagará o menor valor de frete.

5.1.8. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5.2. Será definido no Termo de Referência Instrumento de Medição de Resultado (IMR), que balizará a avaliação da qualidade do serviço prestado, podendo trazer reflexo no pagamento, conforme mecanismos de cálculo e critérios objetivos.

5.3. O serviço pretendido possui natureza continuada, sem dedicação exclusiva de mão-de-obra. A prestação dos serviços será feita sob demanda. Desta forma, o valor do contrato é apenas uma estimativa da demanda de serviços e o pagamento se dará após a finalização de cada transporte de carga.

5.4. A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço unitário.

5.5. Quanto aos critérios de sustentabilidade, a contratada deverá adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, tais como:

5.5.1. Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico-poluentes;

5.5.2. Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

5.5.3. Treinamento/ capacitação periódicos dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição;

5.5.4. Adotar as práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber, todas de acordo com o art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010.

5.6. Demais critérios de sustentabilidade foram incluídos neste Termo de Referência após consulta ao Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, disponibilizado pela Consultoria-Geral da União, e ao Programa Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P, do Ministério do Meio Ambiente.

5.7. O contrato não demanda a necessidade de transição contratual com a empresa anterior e nem de transferência de conhecimento, tecnologias ou técnicas empregadas, na medida em que se refere a serviço comum praticado de forma similar por várias empresas no mercado.

5.8. As obrigações da Contratante e da Contratada estão previstas neste Termo de Referência nos itens 11 e 12, respectivamente.

6. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

6.1. Em razão da natureza do objeto desta contratação, não será objeto de vistoria os locais de execução dos serviços, tendo em vista que somente a coleta e a entrega dos bens serão realizadas nas dependências do órgão, em território nacional.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. A Agência Brasileira de Inteligência – ABIN demandará o serviço por meio do envio da Requisição de Transporte de Carga – Aéreo (RTC-A), conforme modelo do Anexo III, informando a natureza (conteúdo), total de volumes, dimensões [Comprimento (C) x Largura (L) x Altura (A)], peso total (kg) e o valor da carga.

7.1.1. Caberá à Contratada a coleta da carga no local indicado na RTC-A.

7.1.2. A coleta deverá ser realizada até as 17 horas do primeiro dia útil subsequente à solicitação.

7.1.3. A coleta deverá ser realizada sempre em dias úteis, no período compreendido entre 9 horas e 11 horas da manhã ou entre 15 horas e 17 horas.

7.1.3.1. Em casos excepcionais, nos quais reste caracterizada a necessidade de transporte em caráter emergencial, a critério da Contratante, desde que haja viabilidade operacional, a coleta poderá ser realizada em dia não útil, e fora dos horários estabelecidos no item anterior.

7.1.4. Os serviços deverão ser executados por profissionais qualificados, em aeronaves de transporte específicas, de acordo com a natureza da carga/encomenda, no prazo máximo estabelecido, contado a partir da entrega da ordem de serviço à empresa contratada, conforme abaixo especificado:

DESTINO	PRAZO
Território Nacional – Capitais dos Estados	Até 48h (quarenta e oito horas)
Território Nacional – Interior dos Estados	Até 72h (setenta e duas horas)

7.1.5. Os prazos máximos definidos acima já contemplam todas as fases envolvidas na prestação dos serviços, quais sejam, a disponibilização de máquinas e demais equipamentos necessários à movimentação das cargas, a disponibilização do(s) veículo(s), o acondicionamento da carga no(s) veículo(s), o transporte, a entrega da carga no destino e a remontagem dos móveis ou utensílios desmontados, quando for o caso.

7.1.6. A ABIN poderá exigir, desde que seja técnica e operacionalmente viável, que a execução dos serviços seja finalizada em prazos inferiores aos máximos fixados no subitem 7.1.4.

7.1.7. Nas hipóteses em que a complexidade envolvida na prestação dos serviços exigir, os prazos máximos poderão ser prorrogados, mediante autorização prévia da ABIN.

7.1.8. O valor do transporte será calculado com base no **peso real** ou **cubado**, dos dois o maior, dos volumes transportados e nos preços de tabelas oficiais das empresas concessionárias de transporte aéreo registradas na Agência Nacional de Aviação Civil, com aplicação de taxa de desconto ofertada.

7.1.8.1. Deverá ser utilizada a tarifa mínima da tabela da concessionária de transporte aéreo caso a multiplicação do peso real ou cubado, dos dois o maior, pelo valor monetário do quilograma seja inferior à tarifa mínima.

7.1.8.2. Será cobrada uma taxa fixa para a coleta e para a entrega dos bens, até o limite de 10 (dez) quilogramas, e, caso o peso real ou cubado, dos dois o maior, exceda esse valor, haverá uma taxa extra por quilo excedente, conforme tabela constante do Anexo I.

7.1.8.3. Todo transporte deverá possuir seguro específico, cuja taxa será paga pela Contratante. O valor do seguro será calculado a partir da multiplicação do percentual presente na tabela constante do Anexo I pelo valor total da carga transportada, que deverá ser informada na Requisição de Transporte de Carga Aéreo (RTC-A).

7.1.8.4. O cálculo do valor do transporte deverá considerar a tabela oficial da empresa concessionária de transporte utilizada no serviço em vigor na data da execução.

7.1.8.5. A tabela apresentada no Anexo I é meramente ilustrativa, tendo sido utilizada somente como base para cálculo do valor estimado do contrato, e poderá ser tomada somente como referência para elaboração da proposta das empresas licitantes.

7.1.8.6. Sempre que possível, deverá ser adotado tarifário convencional das companhias aéreas, inclusive com escalonamento dos valores cobrados por quilograma à medida que o peso da carga aumentar.

7.1.8.7. Destaca-se que, por ocasião da pandemia de COVID-19, e na eventualidade de inexistência de tarifário convencional, poderão ser utilizadas tabelas oficiais alternativas fornecidas pelas companhias aéreas, como a adotada no Anexo I, desde que respeitem o prazo de entrega previsto no item 7.1.4 e sejam comprovadamente as mais econômicas fornecidas pelo mercado.

7.1.8.8. A Contratada deverá utilizar o menor preço entre os apresentados pelas companhias aéreas, encaminhando mensalmente a tabela utilizada juntamente com a fatura para pagamento.

7.1.8.9. A fórmula para cálculo está expressa no item 17.2.

7.1.9. A contratada deverá utilizar-se de qualquer empresa de transporte aéreo, optando sempre pelo valor da tarifa mais econômica, básica ou promocional, dentre as ofertadas pelas específicas empresas de transporte

aéreo.

7.1.10. Informações sobre localização das remessas e a previsão de data e horário de entrega deverão ser disponibilizadas em sítio eletrônico pela Contratada.

7.1.10.1. O acesso às informações acima deverá ser protegido por senha.

7.1.10.2. A senha de acesso deverá ser fornecida a servidor autorizado pela Contratante.

7.1.11. O transporte entre o local da coleta da carga e o aeroporto de origem, bem como entre o aeroporto de destino e o local de entrega das cargas deverá ser realizado em caminhão fechado do tipo baú, cujas paredes devam possuir proteções para evitar danos aos bens.

7.1.11.1. Os veículos devem se encontrar em perfeito estado de manutenção, conservação, limpeza e segurança, obedecidas todas as normas do Poder Público.

7.1.12. A contratação do seguro das cargas para os transportes é de exclusiva responsabilidade da Contratada.

7.1.13. Poderá haver, excepcionalmente, subcontratação de parte do objeto, conforme regrado no item 13 deste Termo de Referência.

7.2. A execução dos serviços será iniciada no dia subsequente à assinatura do contrato.

7.3. Caso haja necessidade de transporte de equipamento que possua bateria de lítio e que não esteja em sua embalagem original, a Contratante deverá fornecer declaração de que o equipamento possui de bateria de lítio, para o devido embarque.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

8.1. A gestão do contrato será realizada por servidor designado formalmente para que seja garantido o seu fiel cumprimento.

8.2. A Contratada deverá designar formalmente um preposto antes do início da prestação dos serviços, em cujo instrumento deverá constar expressamente os poderes e deveres em relação à execução do objeto.

8.3. A Contratada deverá manter responsável disponível, após as 18h, em dias úteis, sábados, domingos e feriados, com acesso ao serviço móvel celular para atendimento às demandas da ABIN em casos de emergência.

8.4. As comunicações entre a Contratante e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.5. O pagamento será realizado após a conclusão de cada serviço, de acordo com o Instrumento de Medição do Resultado (IMR).

8.6. A ocorrência de desconformidades dos serviços ensejará, além do redimensionamento dos pagamentos, aplicação de penalidades à Contratada, conforme previsto neste Termo de Referência.

8.7. Os Indicadores que regerão os critérios para avaliação do IMR terão como base os graus relacionados na Tabela 1 - Graus para avaliação do IMR, a qual servirá como referência para a área administrativa.

INDICADOR 01	
Nº 01 – PRAZO DE REALIZAÇÃO DA COLETA	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir que a <u>coleta</u> de carga seja realizada em tempo hábil.
Meta a cumprir	Realizar a coleta até as 17 horas do dia útil subsequente ao da solicitação.
Instrumento de medição	E-mail de solicitação de servidor do órgão e documentação da saída do material.
Forma de acompanhamento	Acompanhamento pelos fiscais do contrato por meio da documentação e do rastreamento do transporte.
Periodicidade	Todo serviço.
Mecanismo de Cálculo	Número de dias de atraso na coleta = X
	Se X = 0. Valor da fatura = 100% do faturado.

Faixas de ajuste no pagamento	Se $X = 1$. Valor da fatura = 90% do faturado. Se $3 \geq X > 1$. Valor da fatura = 70% do faturado. Se $X > 3$. Valor da fatura = 50% do faturado.
Início da Vigência	Data da assinatura do contrato
Sanções	-
Observações	-

INDICADOR 02	
Nº 02 – PRAZO DE ENTREGA DA CARGA	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir que a <u>entrega</u> de carga seja realizada em tempo hábil.
Meta a cumprir	Realizar a entrega em até 48 horas após a coleta, se for transporte entre capitais do estado. Realizar a entrega em até 72 horas após a coleta, se for transporte envolvendo interior dos estados.
Instrumento de medição	Documentação da saída do material e nota de recebimento do material.
Forma de acompanhamento	Acompanhamento pelos fiscais do contrato por meio da documentação e do rastreamento do transporte; conferência das faturas e dos <i>e-mails</i> .
Periodicidade	Todo serviço.
Mecanismo de Cálculo	Número de dias de atraso na entrega = X
Faixas de ajuste no pagamento	Se $X = 0$. Valor da fatura = 100% do faturado. Se $X = 1$. Valor da fatura = 90% do faturado. Se $3 \geq X > 1$. Valor da fatura = 70% do faturado. Se $X > 3$. Valor da fatura = 50% do faturado.
Início da Vigência	Data da assinatura do contrato
Sanções	-
Observações	-

INDICADOR 03	
Nº 03 – DANOS AOS BENS DO ÓRGÃO	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir a qualidade da embalagem, do condicionamento e do transporte da carga.
Meta a cumprir	Não permitir danos injustificados ao material transportado.
Instrumento de medição	Condição do material transportado.
Forma de acompanhamento	Inspeção do material no ato de recebimento da carga.
Periodicidade	Anual.
Mecanismo de Cálculo	Número de transportes com danos injustificados ao material transportado = X
	Se $X = 0$. Valor da fatura = 100% do faturado.

9.1.6. O valor final estimado para a contratação, constante do item 1.1, se refere ao custo dos transportes de carga aéreos realizados nos últimos 12 (doze) meses pela ABIN, calculados com base na Tabela constante do Anexo I, deduzida a taxa de desconto mínima aceitável.

9.1.6.1. Entre Março/2020 e Fevereiro/2021, foram realizados 51 transportes com bens da ABIN, com peso médio de 143,12kg e peso mediano de 24,55kg. Cerca de 90% dos transportes tiveram como remetente a Sede do órgão, em Brasília, com destino a todos os estados da federação.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

10.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

10.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

10.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

10.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

10.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

10.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

10.6.3. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

10.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

10.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

10.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

10.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

10.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

11.2. Embalar, retirar, entregar, desembalar e arrumar a carga/encomenda a ser transportada, incluindo a logística, os serviços de embalagem, a desembalagem, a montagem, a desmontagem, a carga, a descarga e a arrumação geral, nos locais indicados pela ABIN;

11.3. Fornecer todo o material adequado para a embalagem dos bens (caixas de papelão reforçado, papelão ondulado, fitas adesivas, etiquetas, plástico bolha, etc.), de acordo com a natureza do material/bem a ser

transportado;

11.3.1. Todas as despesas decorrentes do contrato, inclusive o material necessário à execução dos serviços, locomoção, seguros de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas e quaisquer outras que forem devidas, ficarão a cargo da Contratada.

11.4. Apresentar à ABIN, quando por ela acionada, o orçamento para realização do transporte no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento formal da solicitação;

11.5. Retirar qualquer carga/encomenda da Contratante somente mediante prévia e expressa autorização, por escrito, por meio de Requisição de Transporte de Carga - Aéreo, ou Solicitação de Serviços expedidos pelo gestor do Contrato;

11.6. Informar, através do funcionário da empresa contratada responsável pelo transporte, o volume e a quantidade de produtos a serem transportados, com a devida aposição de assinatura em campo próprio da Requisição de Transporte de Carga - Aéreo;

11.6.1. Apoiar no manuseio de qualquer carga/encomenda a ser transportada, incluindo os serviços de contagem, triagem, envelopagem, cintagem, etiquetagem e emissão de relatórios, se for o caso;

11.6.2. Transportar em condições especiais adequadas, as cargas/encomendas que necessitem de controle específico de temperatura ou transporte;

11.6.3. Caso a ABIN não concorde com a medição apresentada pela Contratada, o servidor responsável pela conferência está autorizado a suspender temporariamente o transporte até que se resolva a divergência pelo gestor ou o fiscal do contrato;

11.7. Informar, imediatamente, à Contratante, em caso de extravio, quebra e danificação da carga/encomenda transportada;

11.8. Encaminhar, imediatamente, à Contratante confirmação da entrega do material, com nome legível do responsável pelo recebimento, data e horário do recebimento, integridade da carga/encomenda e o grau de satisfação, imediatamente após a entrega, bem como a via pertinente da Requisição de Transporte de Carga - Aéreo devidamente preenchida pelos servidores da unidade de origem e destino da carga;

11.9. Manter seguro de transporte aéreo, o qual deverá vigor durante o período contratual;

11.9.1. Apresentar apólice de seguro, referente ao Seguro Obrigatório de Responsabilidade Cível do Transportador Aéreo-Carga (RCTA-C), o qual deverá vigor durante o período contratual;

11.9.2. Apresentar, juntamente com a nota fiscal, como condição para o seu atesto, documento que comprove a vigência, ao tempo do transporte, de seguro que abarque o valor dos bens transportados, pelo valor informado pela ABIN;

11.10. Manter responsável disponível, após as 18h, em dias úteis, sábados, domingos e feriados, com acesso ao serviço móvel celular para atendimento às demandas da ABIN em casos de emergência;

11.11. Facilitar a fiscalização procedida pelos órgãos competentes no cumprimento das normas e cientificar a Contratante do resultado das inspeções;

11.11.1. Obter todo e qualquer tipo de licença junto aos órgãos fiscalizadores (guias e demais documentos necessários) para a perfeita execução do transporte, sem quaisquer ônus à Contratante;

11.12. Emitir relatórios logísticos e relatórios de confirmação de entrega mensais dos serviços especificados neste Termo de Referência;

11.12.1. Emitir quaisquer relatórios supervenientes de interesse da Contratante;

11.13. Disponibilizar, no ato da assinatura do contrato, acesso a sistema online, via internet, de rastreamento de cargas, para o monitoramento de toda a trajetória do material transportado, com acesso exclusivo para à Contratante;

11.14. Prestar, sempre que solicitada, informações sobre as tabelas de tarifas aéreas utilizadas pelas concessionárias de transporte aéreo, fixadas individualmente e registradas na Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), para fins de controle sobre o faturamento;

11.15. Receber e providenciar os despachos de cargas, por via aérea, e eventuais redespachos, responsabilizando-se, no caso de extravio, pelo reembolso à contratante, nos termos fixados pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC);

11.16. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total

ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

11.17. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.18. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

11.19. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

11.20. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedor - SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

11.21. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

11.22. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

11.23. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço.

11.24. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.25. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

11.26. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

11.27. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.28. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, qualquer mudança no método de execução do serviço que fuja das especificações constantes deste Termo de Referência.

11.29. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.30. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.31. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

11.32. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.33. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.34. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

11.35. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

11.36. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, "a" e "b", do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

11.36.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

11.36.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

11.37. Observar, no que couber, durante a execução contratual, os critérios de sustentabilidade ambiental, previstos na Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

11.38. Caso se enquadre nas hipóteses do artigo 20 da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Contratada deverá elaborar plano de gerenciamento de resíduos sólidos, sujeito à aprovação da autoridade competente.

11.38.1. Para a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos, nelas incluído o controle da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, será designado responsável técnico devidamente habilitado.

11.38.2. São proibidas, à contratada, as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:

11.38.2.1. lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;

11.38.2.2. lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;

11.38.2.3. queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;

11.38.2.4. outras formas vedadas pelo poder público.

11.39. Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão utilizar combustível renovável (etanol, gás natural veicular, biodiesel, eletricidade, etc.), inclusive mediante tecnologia "flex", nos termos da Lei nº 9.660, de 1998.

11.40. Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de ruídos fixados nas CONAMA nº 1, de 11/02/1993, n. 08/1993, n. 17/1995, nº 272/2000 e n. 242/1998 e legislação superveniente e correlata.

11.41. Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resoluções CONAMA nº 18, de 06/05/1986, Resolução CONAMA 490, de 16 de novembro de 2018 e Resolução CONAMA 492, de 20 de dezembro de 2018, complementações e alterações supervenientes.

11.42. Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão ser submetidos periodicamente ao Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso – I/M vigente, mantido pelo órgão estadual ou municipal competente, sendo inspecionados e aprovados quanto aos níveis de emissão de poluentes e ruído, de acordo com os procedimentos e limites estabelecidos pelo CONAMA ou, quando couber, pelo órgão responsável, conforme Resolução

CONAMA nº 418, de 25/11/2009, complementações e alterações supervenientes.

11.43. O veículo a ser utilizado na execução dos serviços deverá possuir a Etiqueta da categoria A (mais eficiente) do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBE Veicular) ou comprovada eficiência energética equivalente.

11.44. Cumprimento do estabelecido no art. 6º da IN SLTI/MP nº 01/2010, inclusive fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução do serviço.

11.45. Observar integralmente o disposto na Resolução nº 116, de 20 de outubro de 2009, da Diretoria da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, que dispõe sobre os serviços auxiliares ao transporte aéreo.

12. DO SIGILO

12.1. A Contratada deve:

12.1.1. Manter sigilo relativo ao objeto, a sua execução e aos dados e informações postos à sua disposição, não podendo cedê-los a terceiros ou divulgá-los de qualquer forma, sob as penas da lei;

12.1.2. Adotar procedimentos de segurança adequados, no âmbito das atividades sob seu controle, para a manutenção do sigilo relativo ao objeto, aos dados e às informações postos à sua disposição;

12.1.3. A critério da Contratante, apresentar certidões dos distribuidores cíveis e criminais emitidas pela Justiça Estadual ou do Distrito Federal, se for o caso, dos locais em que a pessoa residiu nos últimos cinco anos, bem como da Justiça Federal e da Justiça Militar Federal e Estadual, e outros documentos que sejam necessários à elucidação de pendências e dúvidas surgidas nos processos de contratação e gestão;

12.1.4. Receber, a critério da Contratante, inspeções para habilitação de segurança e sua manutenção;

12.1.5. Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto da contratação.

12.2. Este contrato poderá ser alterado para a inclusão de cláusula de segurança não estipulada por ocasião de sua assinatura.

12.3. A empresa vencedora será responsabilizada criminalmente no caso de exposição dos dados dos veículos de que venha a ter conhecimento; bem como fatos e/ou informação sobre a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN de que tenha conhecimento em decorrência dos serviços vinculados a este Termo de Referência.

12.4. Na hipótese de infração ao dever de sigilo, a Contratada estará sujeita às seguintes sanções previstas no Art. 33 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011:

12.4.1. Advertência;

12.4.2. Multa;

12.4.3. Rescisão do contrato com o poder público;

12.4.4. Suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração pública por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

12.4.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Em face da complexidade do objeto, é permitida a subcontratação parcial do objeto, especificamente quanto aos itens ou parcelas relativas a trechos em que forem necessários um ou mais meios para a realização do transporte, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

13.1.1. É vedada a subcontratação completa do objeto ou das parcelas de maior relevância e complexidade técnicas e valor significativo do objeto da licitação, relativas ao agenciamento das companhias aéreas, facultando à contratada a subcontratação de trechos em que sejam necessárias as modalidades terrestre e/ou fluvial, como forma de complemento à realização do transporte.

13.1.2. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

13.1.3. É vedada a subcontratação de microempresas e empresas de pequeno porte que estejam participando da licitação e/ou que tenham um ou mais sócios em comum com a empresa contratada pela Contratante.

13.1.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, bem como pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, além de responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

15.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

15.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

15.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.5. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.6. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, conforme disposto nos arts. 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

15.9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Item 8 deste Termo de Referência, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15.9.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

15.10. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar

constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.11. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.12. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.13. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.14. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

15.15. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.16. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.18. A fiscalização do contrato deverá englobar o atendimento aos critérios de sustentabilidade exigidos nos itens 5 e 11 deste Termo de Referência.

16. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

16.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

16.2. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

16.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, administrativo e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

16.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

16.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

16.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

16.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

16.3.2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

16.3.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório

conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

16.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

16.3.2.2.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

16.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

16.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

16.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

16.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

16.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

16.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

17. DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

17.2. Para o cálculo do valor a ser pago à empresa por cada serviço prestado à ABIN, será utilizada a seguinte fórmula:

$$\text{Valor a pagar} = \{[(\text{Valor unitário} \times \text{Quantidade}) + \text{Valor fixo} + \text{Valor de frete}] \times [1 - \text{Desconto}]\} + \text{Valor de seguro}$$

17.2.1. Caso seja utilizada a tarifa mínima para o transporte (peso da carga x tarifa < tarifa mínima), a fórmula utilizada será a seguinte:

$$\text{Valor a pagar} = \{[(\text{Valor unitário} \times \text{Quantidade} + \text{Valor fixo} + \text{Valor de frete}) \times [1 - \text{Desconto}]] + \text{Valor de seguro}$$

17.2.2. O Peso Carga a que se referem as fórmulas dos itens 17.2 e 17.2.1 será o maior valor entre o peso real e o peso cubado dos bens transportados.

17.2.3. Considera-se o peso cubado da carga, em quilogramas (kg), aquele resultado da multiplicação entre o comprimento, largura e altura (todos em centímetros) da embalagem que a acondiciona dividido por 6.000 (seis mil), conforme regulamentação da IATA (*International Air Transport Association*):

$$\text{Peso Carga (kg)} = \frac{\text{Comprimento (cm)} \times \text{Largura (cm)} \times \text{Altura (cm)}}{6000}$$

17.2.4. As taxas de coleta e de entrega e a taxa de seguro deverão respeitar os valores constantes no Item 9.1.5 e subitens, além das tabelas constantes do Anexo II.

17.2.5. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

17.2.6. Os pagamentos serão realizados mensalmente, somando-se os valores de todos os serviços prestados no mês ao que a fatura se refere.

17.2.7. As faturas deverão ser enviadas até o quinto dia útil do mês subsequente, juntamente com Requisições de Transporte de Carga - Aéreo assinados, para comprovar o recebimento; memória de cálculo dos valores cobrados; tabela oficial da companhia aérea utilizada no transporte; relatório contendo as informações relevantes dos transportes realizados no período, como locais e datas de coleta e de entrega, peso, valor. Adicionalmente, Declaração de Simples Nacional, caso a empresa seja optante.

17.3. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência

17.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 17.5.1. o prazo de validade;
- 17.5.2. a data da emissão;
- 17.5.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 17.5.4. o período de prestação dos serviços;
- 17.5.5. o valor a pagar; e
- 17.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

17.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

17.7. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada.

- 17.7.1. não produziu os resultados acordados;
- 17.7.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 17.7.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.9. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

17.10. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

17.11. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.13. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

17.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

17.14.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

17.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

17.16. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

17.17. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	$\left(\frac{6}{100} \right) \frac{365}{365}$	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	-----	--	--

18. REAJUSTE

18.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

18.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

18.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

18.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

18.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

18.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

18.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

18.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

19. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

19.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

19.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou

fiança bancária.

19.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

19.2.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

19.3. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

19.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

19.4.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

19.4.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

19.4.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

19.4.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

19.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

19.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

19.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

19.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

19.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

19.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

19.11. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

19.12. Será considerada extinta a garantia:

19.12.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

19.12.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

19.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

19.14. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste TR.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

20.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

20.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

20.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

20.1.5. cometer fraude fiscal;

20.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

20.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

20.2.2. **Multa de:**

20.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

20.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

20.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

20.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

20.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

20.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si

20.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

20.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

20.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 20.1 deste Termo de Referência.

20.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.3. As sanções previstas nos subitens 20.2.1, 20.2.3, 20.2.4 e 20.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

20.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais,	05

	por ocorrência;	
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

20.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

20.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

20.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

20.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

20.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

20.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

20.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

20.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena,

bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

20.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

21.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

21.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

21.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

21.3.1. Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, onde fique comprovado que a licitante executou ou está executando serviços de transporte de mercadorias interestaduais, intermunicipais e nacionais pertinentes e compatíveis com o objeto deste instrumento, conforme § 1º do Art. 30 da Lei nº 8.666/93, respeitado, ainda, o seguinte:

21.3.1.1. A proponente deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, relacionando, se possível, o nome, cargo e telefone dos responsáveis pelas informações;

21.3.1.2. O(s) atestado(s) de capacidade técnica deverá(ão) se referir a serviços prestados, no âmbito de sua atividade econômica principal e/ou secundária, especificada no contrato social, devidamente registrado na junta comercial competente, bem como no cadastro de pessoas jurídicas da Receita Federal do Brasil – RFB;

21.3.1.3. Comprovação de que tenha exercido serviços compatíveis com o objeto da licitação e por período não inferior a 03 (três) anos, sendo aceito para a comprovação dessa experiência mínima o somatório de atestados;

21.3.1.4. Somente serão aceitos atestados de capacidade técnica expedidos após a conclusão do respectivo contrato ou decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior;

21.3.1.5. Para efeito do quesito temporal dos atestados, os períodos concomitantes serão computados uma única vez;

21.3.1.6. Para a comprovação de tempo de experiência, poderão ser aceitos cópias de contratos ou outros documentos idôneos;

21.3.1.7. Não terá validade alguma o atestado emitido pelo próprio licitante ou por empresa pertencente ao mesmo grupo.

21.4. O critério de aceitabilidade de preços serão:

21.4.1. Valor máximo aceitável, após aplicação do desconto e soma do valor estimado do seguro, de R\$ 143.869,03 (cento e quarenta e três mil oitocentos e sessenta e nove reais e três centavos);

21.4.2. Taxa de desconto não inferior a 34,36%.

21.5. O critério de julgamento da proposta é a maior taxa de desconto.

21.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

22. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

22.1. O valor de referência para a contratação, para fins de aplicação do maior desconto, será R\$ 201.492,77 (duzentos e um mil quatrocentos e noventa

e dois reais e setenta e sete centavos).

22.1.1. Após aplicação do percentual de desconto ao valor de referência, somar-se-á o valor estimado de seguro (letra D na tabela do item 1.1) para cálculo do valor do contrato.

22.2. O objeto de disputa será a maior taxa de desconto sobre o valor das tabelas oficiais das empresas concessionárias de transporte aéreo registradas na Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.

22.3. O valor final estimado da contratação foi calculado com base na demanda de transportes de carga aéreos dos últimos 12 (doze) meses, utilizando-se os valores da tabela do Anexo I, e subtraindo-se a taxa mínima de desconto.

22.4. A tabela anexada é a tabela oficial de companhia aérea vigente à época da pesquisa com os menores valores médios.

22.5. A taxa mínima aceitável de desconto foi obtida com base em ampla pesquisa de preços, conforme Instrução Normativa nº 73/2020 – SEGES/ME.

22.5.1. A pesquisa foi realizada com base em contratações públicas firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório.

23. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

23.1. Quanto à indicação dos recursos orçamentários, será por meio da programação orçamentária POA 2021, Unidade Responsável DAL e código POA a definir. No documento Declaração Orçamentária constam, além do valor disponível para a execução da despesa com o serviço, também a informação da classificação funcional e da estrutura programática, da categoria econômica e do valor alocado, como exige o item 2.10, "a", do Anexo V, da Instrução Normativa SEGES/MP n.º 05/2017.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos Administrativos da Consultoria-Geral da União
Termo de Referência - Modelo para Pregão Eletrônico: Serviços Contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra
Atualização: Outubro/2020

Referência: Processo nº 00091.002910/2021-98

SEI nº 0357922

Setor Policial Sul, Área 5, Quadra 1, - CEP 70610-905 - Brasília/DF -